

CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PELO PERÍODO DE 24 MESES, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS A SERVIÇO DA CAIXA, BENS, DOCUMENTOS E/OU PEQUENOS VOLUMES, PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CAIXA NO ESTADO DO CEARÁ, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E DE OUTRO, A EMPRESA DANDY LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12.08.69 e Decreto nº 66303, de 06/03/70, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se presentemente pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473 de 05/06/2008, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede no SBS, Quadra 4, Lote 3/4, em Brasília/DF, através da Gerência de Filial Licitações e Contratações em Recife - GILIC/RE, na Avenida Lins Petit, nº 100, 6º andar, Boa Vista – Recife – PE, CEP 50.070-230, inscrita no CNPJ sob nº 00.360.305/2672-91, neste ato representada pelo Gerente de Serviço de Contratações o Sr. Nativo Felipes de Farias Filho, portador da célula de identidade RG nº 4803473-SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 866.431.694-53, daqui por diante designada simplesmente CAIXA, ou CONTRATANTE, de um lado, e, de outro, a empresa **DANDY LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA**, com sede na Rua David Caldas, 374, sls 603, Bairro Centro Sul, Teresina/PI, CEP 64.001-190, inscrita no CNPJ sob o nº 07.446.868/0001-69, neste ato representada por seu representante legal ao final assinado, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em face da autorização do Sr. Luiz Francisco Soares, de 15/12/2008 - processo nº 7030.01.3696.0/2008, **Pregão Eletrônico nº 151/7030-2008** - GILIC/RE, têm justa e contratada a execução dos serviços objeto deste instrumento, vinculado ao respectivo Edital, seus Anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA no referido certame, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, dos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000 e nº 5.450, de 31/05/2005, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e as respectivas alterações, LC 123, de 14/12/2006, da IN nº 05 de 21/07/1995, do MARE, e alterações, IN SRP nº 03, de 14/07/2005 e suas alterações, bem como às cláusulas abaixo.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da CAIXA, bens, documentos e/ou pequenos volumes, para atendimento às Unidades da CAIXA no Estado do Ceará.

**Parágrafo Primeiro** - As características, os tipos de veículos e os locais da prestação do serviço são os constantes do Anexo I (Termo de Referência), que integra e complementa o presente contrato.



**CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009**

**Parágrafo Segundo** – A prestação dos serviços deverá ser iniciada, impreterivelmente, no ato da assinatura do contrato, podendo ser concedido o prazo de até 20 dias consecutivos, contados a partir do início da prestação dos serviços, para que a contratada promova as adequações necessárias, visando o atendimento do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

I) executar perfeitamente os serviços contratados, mantendo os veículos permanentemente limpos e abastecidos, à disposição nos horários estabelecidos pela CAIXA, conduzidos por pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas, com as seguintes qualificações:

- a. possuir instrução mínima de 2º grau completo;
- b. possuir curso básico de qualificação profissional;
- c. ter experiência mínima de 2 anos como motorista profissional, nos últimos 5 anos, comprovada por registro em Carteira de Trabalho ou mediante apresentação de documento comprovando essa experiência ou, ainda, comprovação de que o motorista participou de curso de reciclagem nesse período;
- d. possuir curso de direção defensiva;
- e. agir com ética;
- f. manter-se atualizado;
- g. demonstrar capacidade comunicativa;
- h. zelar pelo material transportado;
- i. zelar pela segurança dos ocupantes do veículo;
- j. trabalhar em equipe;
- k. ser cortês;
- l. cumprir horários e escalas de trabalho;
- m. tratar clientes com polidez e cortesia;
- n. respeitar leis de trânsito;
- o. dirigir defensivamente;
- p. manter-se equilibrado emocionalmente;
- q. agir com criatividade;
- r. possuir noções básicas de mecânica de veículos, comprovada através de curso elaborado por empresa credenciada.
- s. possuir curso de Atendimento ao cliente, comprovado através de curso elaborado por empresa credenciada;
- t. possuir curso de Primeiros Socorros, comprovado através de curso elaborado por empresa credenciada;
- u. possuir curso de Combate a Incêndio, comprovado através de curso elaborado por empresa credenciada.

II) entregar à CAIXA, na ocasião da assinatura deste instrumento, relação contendo os nomes dos motoristas que serão alocados na prestação dos serviços, acompanhada dos documentos comprovantes da qualificação dos mesmos, em original ou cópia autenticada por tabelião (Certificado de Conclusão de 2º Grau, Cópia da Carteira de Habilitação; cópia da Carteira de





**CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009**

Trabalho comprovando a experiência de 2 anos na função, nos últimos 5 anos, ou documento comprovando essa experiência ou, ainda, comprovação de que o motorista participou de curso de reciclagem nesse período, e Certificado de Conclusão de Curso de Direção Defensiva);

III) indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá aos danos causados a terceiros durante a execução dos serviços;

IV) recrutar e contratar a mão-de-obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, excluindo qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc;

V) manter rigoroso controle diário de tráfego dos veículos, em formulário próprio, para fins de registro dos itinerários, horários de saída e retorno à Unidade usuária.

VI) manter, a partir da data da assunção dos serviços, 1 (um) escritório na cidade de Fortaleza/CE, o qual deverá dispor de instalações físicas adequadas, pessoal e meios de comunicação, com no mínimo 02 (duas) linhas telefônicas e 01 (um) aparelho de fax, de forma a viabilizar o pronto atendimento às solicitações da CAIXA, devendo comprovar essa condição no ato da assinatura deste contrato;

VII) manter, no escritório indicado no inciso anterior, preposto seu para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado, bem como resolver quaisquer questões pertinentes ao contrato, para a correção de situações adversas e o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CAIXA, inclusive dos serviços, tudo no intuito de sua perfeita execução;

VIII) substituir os veículos, quando necessário, no prazo máximo de 02 horas.

IX) manter os veículos em local de fácil acesso em relação aos Edifícios-Sede, de forma que viabilize o atendimento às solicitações da CAIXA no prazo máximo de 15 minutos, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;

X) disponibilizar à CAIXA veículos extras, sempre que esta solicitar, em situações excepcionais, para atendimento de demandas não previstas, de acordo com o previsto no Anexo I deste contrato.



**CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009**

- XI) substituir os empregados cuja conduta seja considerada inconveniente pela CAIXA, bem como nos casos de falta, ausência legal ou férias, de modo a não provocar solução de continuidade na prestação dos serviços;
- XII) diligenciar para que seus empregados cumpram aviso prévio fora das dependências da CAIXA, salvo quando da denúncia do contrato;
- XIII) diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CAIXA, clientes, visitantes e demais contratados;
- XIV) dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- XV) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CAIXA, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;
- XVI) atender prontamente às solicitações da CAIXA para a retirada de documentos, correspondências, notificações e outros afins;
- XVII) pagar em dia a seus empregados o salário indicado na sua proposta e apresentar à CAIXA, sempre que solicitado, cópias das folhas de pagamento, contracheques, etc., relativos aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, bem como os comprovantes e/ou guias de recolhimento dos impostos, contribuições e outros incidentes sobre esses serviços, observando-se, no tocante ao INSS e FGTS, o que dispõe a Cláusula Quinta deste contrato;
- XVIII) diligenciar para que seus empregados não executem serviços que não os previstos no objeto deste contrato;
- XIX) cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e saúde do trabalho, previstas na legislação pertinente;
- XX) fornecer à CAIXA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sempre que solicitado, planilha detalhada dos insumos que compõem o preço contratado;
- XXI) exhibir, quando solicitado pela CAIXA, documentação dos veículos alocados na prestação dos serviços que comprove o tempo de uso dos mesmos, bem como a sua regularidade fiscal;
- XXII) informar à CAIXA, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula dos empregados alocados na prestação dos serviços, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado na CAIXA;

 4



**CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009**

XXIII) informar à CAIXA, também para efeito de controle de acesso às suas dependências, todas as ocorrências de afastamento definitivo e novas contratações de empregados, devendo estas serem comunicadas até a data de início do trabalho e aquelas num prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

XXIV) utilizar, na prestação dos serviços, veículos de sua propriedade, emplacados, devidamente licenciados e em boas condições mecânicas;

XXV) prover todas as despesas de conservação e manutenção dos veículos, consoante instruções do fabricante, inclusive reposição de peças e fornecimento de combustível;

XXVI) em casos de eventuais defeitos mecânicos, apresentados pelos veículos em serviço, remediar a ocorrência de tal modo que não haja interferência nos serviços prestados;

XXVII) efetuar regularmente a manutenção dos veículos e o controle da emissão de fumaça preta e outros poluentes, nos termos definidos em portaria pelo IBAMA;

XXVIII) manter seus empregados, quando em serviço na CAIXA, devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado, fotografia 3x4 e registro na DRT – Delegacia Regional do Trabalho;

XXIX) manter absoluto sigilo quanto às informações contidas nos documentos ou materiais manipulados por seus empregados, dedicando atenção à sua guarda, quando for o caso;

XXX) fiscalizar para que haja o perfeito cumprimento a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes, fiscalização essa que se dará independentemente da que será exercida pela CAIXA;

XXXI) obedecer às normas e rotinas da CAIXA, em especial as que dizem respeito à segurança e saúde no trabalho;

XXXII) assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal alocado e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, expressa pela CONTRATADA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a CAIXA;

XXXIII) assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA, cabendo inclusive à CONTRATADA a remoção e condução do empregado para atendimento;



**CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009**

XXXIV) manter, durante toda a vigência do contrato, a cobertura securitária dos veículos, contra danos causados a passageiros e terceiros;

XXXV) nos termos da Instrução Normativa nº 3, do Ministério do Trabalho, de 29.08.97, o documento *Registro de Empregado* de todo o contingente alocado deve ser mantido no local da execução dos serviços, salvo quando a CONTRATADA tiver sede ou escritório no mesmo Município, caso em que deve permanecer sob a guarda da própria empresa;

XXXVI) cumprir rigorosamente a Legislação Trabalhista, bem como as determinações contidas nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias envolvidas;

XXXVII) observar as Leis, Posturas e Regulamentos aplicáveis aos serviços objeto deste Contrato.

XXXVIII) agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por empregados seus que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviços para a CAIXA, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com esta Empresa Pública.

XXXIX) a omissão da prestadora de serviços nas demandas dessa natureza, será considerada falta grave, sujeitando-a à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira deste contrato, em especial, a de suspensão temporária de licitar e contratar com a CAIXA, assegurada a prévia defesa.

XL) indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA, por força de sentença judicial que reconheça a existência de vínculo entre a CAIXA e os empregados da CONTRATADA, ainda que extinta a relação contratual com esta Empresa.

XLI) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato.

XLII) manter, durante o prazo contratual, todas as condições de cadastramento no SICAF, bem como as demais qualificações exigidas neste Contrato, nos termos do Art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São responsabilidades da CONTRATADA:

I) todo e qualquer dano que causar à CAIXA, ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA;





**CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009**

II) responder perante a CAIXA por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação de serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

**Parágrafo Primeiro** - a CONTRATADA autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos mensais que lhe forem devidos, ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

I) O valor a ser ressarcido à CAIXA nos casos de prejuízos em que a contratada for responsabilizada será apurado utilizando-se o índice da TR obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VA = \frac{VDI}{INI} \times INF, \text{ onde:}$$

- VA = Valor Atualizado
- VDI = Valor Inicial
- INI = índice acumulado da TR na data inicial
- INF = índice acumulado da TR na data final

**Parágrafo Segundo** - a ausência ou omissão da fiscalização da CAIXA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA**

A CAIXA obriga-se a:

- I) indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços;
- II) notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- III) efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;

**CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

A CAIXA, após a aceitação dos serviços, efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da efetiva execução dos serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente em agência da CAIXA, devendo a emissão da correspondente nota fiscal ser antecipada, com apresentação à CAIXA, impreterivelmente, até o dia 20 do mês relativo à prestação dos



**CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009**

serviços, prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega da fatura.

l) Por consequência da antecipação da emissão da nota fiscal, as ocorrências surgidas entre a data da emissão da nota fiscal e o final do mês, com reflexo no valor faturado, passarão a compor/sensibilizar a fatura do próximo mês.

**Parágrafo Primeiro** - A nota fiscal/fatura – NF deve conter todos os elementos exigidos em lei, tais como:

- a. identificação completa da contratada: CNPJ (o mesmo constante no preâmbulo do contrato, exceto se for emitida por filial/matriz que contém o mesmo CNPJ base, com seqüencial específico da filial/matriz) da contratada, endereço, inscrição estadual ou municipal, etc;
- b. número da autorização para confecção e CNPJ da gráfica, impressos no rodapé da nota fiscal/fatura;
- c. identificação completa do contratante;
- d. histórico detalhado e de forma clara contendo a descrição de todos os serviços/itens que compõem o objeto do contrato;
- e. o período a que se refere;
- f. indicação da unidade da CAIXA ou a quantidade de unidade(s) beneficiária(s) dos serviços e o Município com respectiva UF onde é executado o serviço a que se refere a nota fiscal/fatura;
- g. valores unitários e totais dos serviços prestados.

l) A nota fiscal/fatura deve conter ainda, para controle da CAIXA, o número do processo que originou a contratação e o número do contrato/OF/OES (SIGES) fornecido pela CAIXA.

**Parágrafo Segundo** - Quando houver a prestação de serviço em município cuja Lei Municipal atribua à CAIXA a responsabilidade pela retenção do ISS na fonte, a CONTRATADA é obrigada a faturar os serviços separadamente, por Município, emitindo quantas notas fiscais forem necessárias, independentemente da CONTRATADA estar ou não nele estabelecida.

l - A CAIXA observará a legislação municipal/distrital e, sempre que exigido, fará a retenção do ISS na fonte e o respectivo repasse ao Município, independente da situação cadastral da CONTRATADA na localidade onde os serviços estão sendo prestados, observando ainda, as alíquotas aplicáveis ao serviço contratado.

**Parágrafo Terceiro** - A fatura não aprovada pela CAIXA será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação.

**Parágrafo Quarto** - Os pagamentos mensais serão efetuados de acordo com o quantitativo de veículos alocados, observada a franquia estabelecida e os quilômetros excedentes que ultrapassarem a franquia global do contrato.

  
  
  
8



**CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009**

**Parágrafo Quinto** - Quando ocorrer situação anormal, em que for necessária a execução do serviço em período noturno, feriados, aos sábados e domingos, ensejando a prorrogação da carga horária fixada, esse serviço será remunerado com base no valor proposto pela contratada, desde que solicitado e devidamente atestado pela unidade usuária da CAIXA.

**Parágrafo Sexto** - Para os veículos extras disponibilizados em situações excepcionais, a CAIXA pagará o valor da diária mais o valor dos quilômetros que excederem a franquia diária, observadas as regras constantes dos subitens 2.11 a 2.11.2 do Anexo I.

**Parágrafo Sétimo** - As diárias no caso de viagens entre municípios, com pernoite, serão pagas até o valor informado na proposta apresentada pela empresa, até o limite de R\$ 60,00 (sessenta reais), mediante o ateste da unidade usuária dos serviços contratados, sendo que para fins de pagamento somente serão consideradas as diárias quando houver pernoite.

**Parágrafo Oitavo** - As despesas com refeições (almoço e/ou jantar) realizadas pelos motoristas, exclusivamente quando esses estiverem em viagem para atendimento à CAIXA, sem pernoite, serão pagas até o valor informado na proposta apresentada pela empresa, mediante o ateste da unidade usuária dos serviços contratados.

I) Havendo pernoite poderá haver o pagamento das despesas com refeições, exclusivamente quando o início da viagem se der antes das 12:00 h do primeiro dia da viagem e o seu término se der após as 12:00 h. do último dia, sendo devido o pagamento unicamente das refeições do último dia de viagem.

**Parágrafo Nono** - Quando houver necessidade de utilização de estacionamentos em aeroportos ou locais, desde que haja a estrita necessidade de estacionar o veículo, para atendimento ao empregado da CAIXA, o valor do estacionamento será ressarcido pela CAIXA, mediante a apresentação do recibo, devidamente atestado pelo empregado da CAIXA usuário do serviço.

**Parágrafo Décimo** - As despesas com pagamento de pedágios serão ressarcidas pela CAIXA mediante apresentação do Recibo/Comprovante, devidamente atestado pela Unidade usuária dos serviços contratados.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" ao SICAF, para verificação de todas as condições de cadastramento no Sistema.

**Parágrafo Décimo Segundo** - Constatada a situação de irregularidade junto ao SICAF, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação junto ao SICAF no prazo estabelecido pela CAIXA, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

**CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009**

**Parágrafo Décimo Terceiro** - Em cumprimento ao disposto na Lei nº 10.833, de 29/12/2003, quando do pagamento a CAIXA fará a retenção na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma do artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996.

I - A retenção será efetuada aplicando-se, sobre o valor que estiver sendo pago, o percentual indicado no Anexo I da Instrução Normativa SRF nº. 480, de 29/12/2004, alterada pelas Instruções Normativas SRF nº. 539/2005, nº 706/2007 e RFB nº 765/2007;

II - A alíquota da contribuição do PIS/PASEP, prevista no Anexo I da IN 480/2004, alterada pelas Instruções Normativas SRF nº. 539/2005, nº 706/2007 e RFB nº 765/2007, será aplicada independentemente de a CONTRATADA enquadrar-se no regime de não-cumulatividade na cobrança da contribuição, de que trata a Lei nº 10.637, de 30/12/2002.

III - Caso a contratada esteja amparada por medida judicial, que determina a suspensão do pagamento do IRPJ ou de qualquer das contribuições referidas neste Parágrafo, deve apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a comprovação de que a não retenção continua amparada por medida judicial.

IV - Caso a contratada se enquadre em alguma das hipóteses elencadas no Artigo 3º da IN SRF nº. 480/2004, alterada pelas Instruções Normativas SRF nº. 539/2005, nº 706/2007 e RFB nº 765/2007, não haverá a retenção de que trata este Parágrafo, devendo para tanto apresentar a documentação ou declaração que comprove essa condição.

**Parágrafo Décimo Quarto** - As ausências dos empregados da CONTRATADA por faltas, licenças, férias ou quaisquer outros motivos, sem a reposição por outro empregado qualificado para a execução dos serviços que incorra na falta do veículo nos horários estabelecidos, ensejará o desconto no pagamento das faturas, proporcionalmente ao período descoberto, sem prejuízo da aplicação de multas e/ou outras sanções eventualmente previstas para as ocorrências de atraso ou ausência.

**Parágrafo Décimo Quinto** - Nos termos da IN INSS/DC nº 100, de 18/12/03, com as alterações da IN INSS/DC nº 105, de 24/03/04, será retida, quando do pagamento da fatura, a importância correspondente a 11% (onze por cento) do valor total da nota fiscal/fatura, a ser recolhida pela CAIXA ao INSS em nome da CONTRATADA.

I - Poderão ser deduzidas da base de cálculo da retenção, as situações previstas na INSTRUÇÃO NORMATIVA SRP nº 03, DE 14 DE JULHO DE 2005.

**(Para que estas deduções possam ser consideradas na apuração da base de cálculo, além da obrigatoriedade de constarem discriminadas na nota**

Nato  
X  
h



CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009

# CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS E SUA REPACTUAÇÃO

Pela perfeita execução dos serviços objeto deste contrato e obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADA os preços unitários abaixo indicados, desde que os serviços sejam efetivamente realizados, perfazendo esse contrato o valor mensal estimado de R\$31.078,33 (trinta e um mil, setenta e oito reais, trinta e três centavos) e global de R\$ 745.879,92 (setecentos quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos).

Unidade da Caixa no Estado do Ceará

PREÇO PROPOSTO PELO SERVIÇO DE TRANSPORTE			
SERVIÇO/GRUPO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	PREÇO MENSAL POR VEÍCULO COM MOTORISTA	PREÇO MENSAL TOTAL DOS SERVIÇOS (R\$)
TRANSP/GRUPO I A 3.000 Km	3	R\$ 4.904,11	R\$ 14.712,33
TRANSP/GRUPO I A 3.500 Km	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
TRANSP/GRUPO III 4.500 Km	1	R\$ 5.850,00	R\$ 5.850,00
PREÇO TOTAL MENSAL PARA OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DENTRO DA FRANQUIA GLOBAL DE 17.000 KM.			R\$ 25.562,33
KM EXCEDENTE	QUANTIDADE MENSAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	5.000	R\$ 0,46	R\$ 2.300,00
DIARIAS EM VIAGEM	QUANTIDADE MENSAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	20	R\$ 60,00	R\$ 1.200,00
HORA DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO	QUANTIDADE MENSAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	300	R\$ 6,42	R\$ 1.926,00
REFEIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	20	R\$ 4,50	R\$ 90,00
PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA			R\$ 31.078,33
VALOR GLOBAL TOTAL POR 24 MESES			745.879,92

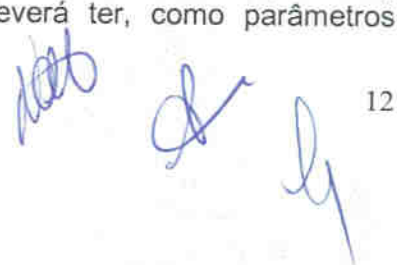
Preço do quilômetro rodado excedente, assim considerado o que ultrapassar a franquia global mensal = R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) por km.

Valor para pagamento pela CAIXA das despesas incorridas no caso de viagens entre municípios, com pernoite = R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por pernoite.

Valor da hora do serviço disponibilizado fora do horário contratado para a prestação dos serviços = R\$ 1.926,00 (um mil, novecentos e vinte e seis reais) por hora.

Valor para pagamento pela CAIXA das despesas com refeições (somente almoço e/ou jantar) realizadas pelos motoristas, **exclusivamente quando esses estiverem em viagem para atendimento à CAIXA**, sem pernoite = R\$ R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) por refeição.

**Parágrafo Primeiro** - Os preços propostos/contratados são irrevogáveis, admitindo-se, anualmente, repactuação, que deverá ter, como parâmetros



**CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009**

básicos, a qualidade e os preços vigentes no mercado para prestação dos serviços objeto deste contrato.

**Parágrafo Segundo** - Será permitida, anualmente, a repactuação do preço contratado, com base na variação dos componentes dos custos do contrato, e observados a qualidade e os preços vigentes no mercado para a prestação dos serviços.

I - A anualidade acima referida será contada a partir da data limite para apresentação da proposta relativa ao presente Contrato.

II - As solicitações de repactuação deverão ser devidamente justificadas e acompanhadas de planilha analítica que demonstre a efetiva variação de custo ocorrida no período, cabendo à CONTRATADA a iniciativa e o encargo dos cálculos.

III - Não serão admitidos como justificativas para embasar pedidos de repactuação contratual, eventuais reajustes salariais concedidos pela CONTRATADA aos seus empregados, em razão de Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo, cujos termos colidam com a política econômica do Governo Federal, ou que concedam aumentos salariais e/ou vantagens não praticadas por outros setores da economia.

1

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá a duração de 24 (vinte e quatro) meses, contados do dia 20/01/2009, podendo ser prorrogado a critério da CAIXA e concordância da CONTRATADA, por período igual ou inferior até o limite permitido na Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

No curso da execução dos serviços caberá à CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições do presente contrato.

**Parágrafo Primeiro** - Para os fins previstos nesta Cláusula, a CAIXA registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópia à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste contrato.

**CLÁUSULA NONA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato;



**CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009**

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA**

A CONTRATADA presta garantia de execução do contrato no valor de R\$ 37.294,00 (trinta e sete mil, duzentos e noventa e quatro reais), dentre as modalidades previstas no subitem 14.1 do edital, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, para o período de 24 (vinte e quatro) meses, devendo apresentar à CAIXA, no ato da assinatura do presente instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento deste contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do seu vencimento, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

**Parágrafo Segundo** - A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

**Parágrafo Terceiro** - A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver redimensionamento do volume de serviços, repactuação contratual ou revisão de preços, de modo que corresponda a 5% do valor global contratado.

**Parágrafo Quarto** - A qualquer tempo, mediante negociação prévia com a CAIXA, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas no edital de licitação que originou este contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a CAIXA;

IV) declaração de inidoneidade.

**Parágrafo Primeiro** - A advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à CAIXA.

**Parágrafo Segundo.** A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal da fatura correspondente ao mês em que se verificar a ocorrência, quando da segunda aplicação da pena de advertência.

**Parágrafo Terceiro** - Pelo atraso no início dos serviços de até 30 minutos, por culpa imputada à CONTRATADA, poderá ser aplicada multa de 2% (dois por

**CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009**

cento), cobrada em dobro no caso de reincidência no mesmo mês, sobre o valor total da fatura correspondente ao mês em que se verificar a ocorrência, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

**Parágrafo Quarto** - Se o atraso for superior a 30 minutos ou se não houver a disponibilidade do veículo em determinado dia, a multa aplicável será de 5% (cinco por cento) do valor total da fatura correspondente ao mês em que se verificar a ocorrência.

**Parágrafo Quinto** - As multas previstas nos incisos acima são aplicáveis simultaneamente ao desconto objeto do Parágrafo Primeiro da Cláusula Terceira, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas neste contrato.

**Parágrafo Sexto** - Caso o serviço venha a ser prestado por motorista que tenha antecedentes criminais ou sem qualificação técnica estabelecida, a CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 10% (dez por cento) do valor da fatura referente ao mês em que se verificou a ocorrência, além da pena de advertência.

**Parágrafo Sétimo** - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura mensal, cobrada diretamente da CONTRATADA ou judicialmente.

**Parágrafo Oitavo** - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia apresentada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CAIXA ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**Parágrafo Nono** - A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a CAIXA, pelo prazo de até 05(cinco) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à CAIXA:

- a) reincidência em descumprimento de prazo contratual;
- b) descumprimento total ou parcial de obrigação contratual;
- c) rescisão do contrato.

**Parágrafo Décimo** - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à CAIXA;
- b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



**CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009**

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

**Parágrafo Décimo Segundo** - As penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, aplicadas pela competente autoridade da CAIXA ou ministerial, respectivamente, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, serão lançadas no SICAF.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - A penalidade de declaração de inidoneidade, implica na inativação do cadastro no SICAF, impossibilitando o fornecedor ou interessados de relacionar-se com a Administração Pública Federal e demais órgãos/entidades integrantes desse Sistema.

**Parágrafo Décimo Quarto** - A falta de equipamentos ou recursos materiais não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ILÍCITOS PENAIIS**

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

**Parágrafo Primeiro** - Constituem motivo de rescisão do contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) o descumprimento total ou parcial, pela CONTRATADA, de quaisquer das obrigações/responsabilidades previstas neste contrato;
- b) a transferência parcial do presente contrato, sem o prévio assentimento da CAIXA;
- c) o cometimento reiterado de faltas ou falhas na execução dos serviços;
- d) a decretação de falência ou insolvência civil da CONTRATADA;
- e) a dissolução da sociedade;
- f) a alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo da CAIXA, prejudique a execução do contrato;

**CONTRATO (SIGES) Nº 0182/2009**

g) a lentidão no seu cumprimento, levando a CAIXA a presumir a não execução do serviço; e

h) demais motivos especificados no Art. 78, da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Segundo** - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente aos serviços contratados, os quais serão entregues à CAIXA, que os executará por si ou por terceiros.

**Parágrafo Terceiro** - Caso a CAIXA não se utilize da prerrogativa de rescindir este contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**Parágrafo Quarto** - A CONTRATADA reconhece os direitos da CAIXA, no caso de rescisão administrativa, prevista no Art. 77, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista no item de acompanhamento nº 5308-01 – Transportes, Fretes e Mudanças, cujo valor está empenhado no SIPLO, no compromisso de nº 4000/2008-RE.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I) a CAIXA, para atender às necessidades do serviço, poderá, a seu exclusivo critério, alterar, definitiva ou provisoriamente, o horário de início de execução dos serviços, mediante prévia comunicação à CONTRATADA;

II) em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações nos locais de prestação dos serviços, caso em que a CAIXA notificará a contratada para promover as mudanças necessárias;

III) a CONTRATADA somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial deste contrato com a anuência prévia e por escrito da CAIXA;

IV) em caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual;

V) é vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;

VI) a CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou



